

Padrões flexionais nos pretéritos fortes, em PE falado setentrional

Maria Antónia Coelho da Mota (FLUL/CLUL)

Maria Celeste Rodrigues (FLUL/CLUL)

Elisabete Soalheiro (Mestranda da FLUL¹)

1 – Preâmbulo

Este estudo apresenta os primeiros resultados de uma pesquisa em curso sobre os pretéritos fortes em português não-standard que visa fundamentalmente determinar os padrões de flexão que co-ocorrem temporalmente numa mesma região, numa mesma localidade ou, ainda, num mesmo falante. O estudo é baseado em dados de localidades da zona fronteira do Minho e de Trás-os-Montes com a Galiza (numa faixa que vai de Vila Praia de Âncora a Travanca) e em dados de Braga² que, no seu conjunto, poderão contribuir para o aprofundamento dos conhecimentos sobre a variação morfofonológica no português setentrional. Para explicar a variação encontrada, pôs-se a hipótese de algumas das variantes atestadas estarem relacionadas com formas do galego falado, sobretudo nas zonas limítrofes, pelo que se recorreu ao *Atlas Lingüístico Galego (ALGa)*, para verificação.

Analisaremos, assim, i) a relevância, em termos morfossintáticos, da distinção morfológica entre a 1ª pessoa do singular (P1) e a 3ª pessoa do singular (P3), no conjunto dos pretéritos fortes; ii) os processos, morfológicos e/ou fonológicos, que operam, no caso de haver distinção entre essas pessoas verbais e iii) os factores que, caso haja indiferenciação entre P1 e P3, favorecem a regularização intraparadigmática; neste caso, (iv) avançaremos algumas hipóteses quanto à pessoa verbal que desencadeia a regularização (P1 ou P3).

2 – Algumas considerações sobre o pretérito, em PE standard

Antes de abordar os dados dos *corpora* PE1 e CPE-VAR, lembre-se que, em português, a maioria dos verbos tem, no pretérito, formas do tipo *falei*, *bebi*, *parti*, em P1, e *falou*, *bebeu*, *partiu*, em P3, cujas formas fonológicas são /fal+a+i/,

¹ Bolseira de Investigação no âmbito do Programa Praxis XXI (Refª Praxis XXI/BM/19265/99).

² Os dados das localidades rurais foram obtidos no *corpus* PE1 do projecto "Estudo das variantes flexionais do verbo em PE" (CLUL), coordenado por M. Antónia Mota. Este *corpus* (11 horas de gravação) foi constituído a partir dos inquéritos dialectais realizados pelo Grupo de Dialectologia do CLUL; a selecção e a transcrição ortográfica e fonética das formas verbais foram realizadas por Elisabete Soalheiro, no quadro da preparação da sua tese de Mestrado, a qual foi integrada no referido Projecto. Os dados de Braga foram retirados do *corpus* CPE-VAR, recolhido com vista à elaboração da tese de Doutoramento de M. Celeste Rodrigues.

/beb+e+i/, /part+i+i/ (P1) e /fal+a+u/, /beb+e+u/, /part+i+u/ (P3)³. Estas formas possuem a estrutura típica do pretérito em português: /Radical+Vogal Temática+Morfema de Pessoa-Número/, não existindo, portanto, nenhum morfema de tempo-modo-aspecto (TMA)⁴, situação apenas partilhada, no conjunto das formas finitas, pelo presente do indicativo; no entanto, os sufixos de pessoa/número (PN) exclusivos do pretérito bastariam para o distinguir do presente, assim como a altura da vogal temática (VT), em termos fonéticos, no caso da P4, que tem o mesmo PN, /mus/: pretérito *fal[a]mos*, presente *fal[ɐ]mos*.

Os verbos com pretérito forte que figuram na Tabela 1⁵ diferem dos anteriores (considerados como regulares) no que respeita, antes de mais, i) ao radical (RAD) seleccionado para o pretérito (só partilhado por outros tempos do *Perfectum*⁶; ii) à ausência de vogal temática em alguns deles; iii) à ausência de marcador de pessoa/número, que é responsável, nalguns verbos, pela existência de formas homófonas de P1 e de P3 e iv) à acentuação (são formas rizotónicas).

Na Tabela 1, os verbos considerados são distribuídos por duas colunas que correspondem, respectivamente, aos verbos com homofonia das P1 e P3 (Verbos A) – *saber, caber, trazer, haver, dizer, querer* – e aos verbos sem homofonia nessas pessoas verbais (Verbos B) – *ter, estar, fazer, poder, pôr e ir/ser*⁷. Estes últimos distinguem P1 de P3 com base no Nó de Altura da vogal do radical (VR): apresentam sempre vogal [+alt] no radical de P1 (e também nas P2, P4, P5 e P6) e vogal [-alt] no de P3; ou seja, a distinção de pessoa/número é exclusivamente baseada nessa alternância. Em síntese, enquanto os verbos em A manifestam total estabilidade do elemento vocálico, em detrimento da distinção morfológica entre P1 e P3, os verbos em B asseguram essa distinção através da alternância na VR, não podendo nem uns nem outros contar com marcadores de PN1 e de PN3, inexistentes, para assumir essa função. A diferença de altura da VR destes verbos não é sincronicamente explicável pela presença de vogal à direita, visto que, quando esta existe (*ter, estar, poder*), é sempre idêntica, /ə/.

Impõe-se fazer dois comentários aos verbos *dizer*, em A, e *ir/ser*, em B: o pretérito de *dizer* difere do dos verbos do mesmo grupo por não apresentar,

³ Cf. Mateus & Andrade 2000.

⁴ Veja-se, contudo, Mateus, M.H.M. 1982[1975] e Andrade Pardal, E. d' 1977 que apresentam propostas divergentes. A propósito da inexistência de TMA, nos pretéritos do espanhol, escreve Ambadiang 1994: 220 "(...) lo que indica el tiempo es la forma verbal en su integridad, es decir, toda su configuración segmental conjuntamente con el esquema acentual.", acrescentando, ao longo da obra, vários comentários sobre a dificuldade em segmentar este tipo de pretéritos.

⁵ As Tabelas figuram no final do texto.

⁶ Radical do *Perfectum* é a denominação adoptada para referirmos o radical de um conjunto de tempos do indicativo e do conjuntivo que, embora não sejam aqui tratados, o partilham com o pretérito perfeito: pretérito mais-que-perfeito do indicativo, imperfeito e futuro do conjuntivo.

⁷ Estes dois verbos são um exemplo da complexidade de que se reveste o pretérito: verbos lexicalmente distintos partilham as seis formas do pretérito, neutralizando a distinção lexical.

relativamente aos restantes tempos e modos do verbo, alteração do núcleo do radical (/i/) e isso independentemente de eles terem diferentes radicais (ou seja *cab-* vs *coub-* mas *dis-*, *diz-*, *dig-*, *di-*). O pretérito de *ir/ser* distingue-se dos restantes verbos em B por apresentar vogal alta apenas na P1 (*fui* vs *foste*, *foi*, *fomos*, etc.), caso excepcional já que o elemento vocálico do radical presente em P1 é comum, nos restantes verbos em B, às P2, P3, P4, P5 e P6 do pretérito, sendo, nestes verbos, necessário explicar a ocorrência de uma vogal diferente em P3; por outro lado, e contrariamente ao que acontece com os outros verbos do grupo B, os restantes tempos com radical de *Perfectum* (*fora*, *for*, *fosse*) não possuem VR[+alt] em P1⁸.

No seu conjunto, os verbos considerados na Tabela 1 seleccionam um radical específico no pretérito⁹, quer porque o núcleo vocálico é diferente do do radical dos restantes tempos e modos do *Infectum* (*saber*, *caber*, *poder*, *haver*), quer porque a consoante final do radical é diversa (*dizer*), quer, finalmente, pela associação de ambas as características (*trazer*, *querer*, *ter*, *estar*)¹⁰. *Ser* e *ir* são verbos particulares, dado terem vários radicais, pelo que é difícil integrá-los num destes três tipos definidos quanto à forma do RAD; no entanto, podemos considerá-los na análise do pretérito tendo em conta as restantes características. Assumimos, assim, que o pretérito dos verbos em questão tem um radical supletivo inscrito no léxico, como já sugerido em Mateus 1982[1975]: 186 e em Mateus & Andrade 2000: 107-108. Mas a diferença entre a VR de P1 e a de P3 nos verbos em B exige que se admita haver alternância vocálica no radical do pretérito (mas não nos restantes tempos e modos com radical de *Perfectum*, que mantêm a V[+alt] em todo o paradigma, salvo em *ir/ser*, como já comentado).

Embora não tenhamos como objectivo, neste trabalho, tratar em particular o radical destes verbos, faremos alguns breves comentários de índole diacrónica, que nos parece poderem elucidar a existência desse supletivismo e da referida alternância, apoiando-nos em dois historiadores da língua de reconhecido prestígio. Assim, em Meier 1948, é operada uma distinção entre o comportamento regular, já em latim vulgar, do radical do pretérito dos verbos *saber*, *caber*, *trazer* e *haver* (com metátese de /u/ das formas latinas para a vogal do radical) e o dos verbos *ir*,

⁸ Esta situação não é exclusiva do PE, no âmbito das línguas românicas.

⁹ Apesar disso, tentativas de regularização destes verbos no sentido de conterem em todos os tempos o mesmo radical podem encontrar-se: (i) em fase de aquisição, as crianças produzem *sabi/sabeu*, *fazi/fazeu*, etc., regularizando o pretérito - mantêm a VR do tema do *Infectum* e as marcas de PN, seguindo o padrão dos verbos regulares; (ii) formas como *fazi* (P1) e *fazeu* (P3) foram igualmente atestadas na Beira-Baixa (Aldeia de Santa Margarida, Castelo Branco), cf. *Revista Lusitana* II, p. 242. Note-se que, segundo a mesma fonte, todas as pessoas podem apresentar /a/ no pretérito (bem como no mais-que-perfeito): *fazeste*, *fazemos*, *fazestes*, etc.

¹⁰ Ambadiang 1994: 169 afirma que “(...) la forma de la raíz proporciona en sí misma la información relativa al tiempo, en la medida en que raíces del tipo de *anduv-*, *pus-* (...) son exclusivas de este tiempo y del imperfecto del subjuntivo (...)”.

ser, estar e fazer que tinham, no radical, vogal [+alt] na P1 e vogal [-alt] nas restantes pessoas verbais. Ora, em português contemporâneo, os verbos *estar* e *fazer* deste segundo grupo possuem vogal alta em todas as pessoas, excepto em P3. A evolução fonética de P2, P4, P5 e P6, ainda segundo Meier, dever-se-ia a uma regularização analógica (datável dos séc.s XV-XVII) do paradigma do pretérito destes verbos segundo o modelo dos verbos do primeiro tipo, mais numeroso (*saber*, etc.), e não do modelo de P1 dos respectivos paradigmas. A não-regularização de P3, deve-se, segundo o autor, ao facto de a analogia não produzir, em geral, novas formas homófonas.

Mattos e Silva 1994: 55 refere-se igualmente à regularização analógica afirmando que, no período arcaico do português, as formas *fezeste, teveste, poderon, poseron, foron*, etc. seguem o modelo da P3, em termos de VR, ficando a P1 isolada. Contrariamente a Meier, defende que a posterior regularização da VR se fez por influência da P1 (e não por analogia com verbos como *saber*, portanto), regularização essa que não afectou a P3¹¹. Os verbos que a autora inscreve na tabela da p.52 incluem os que consideramos neste estudo, "com lexema específico para as formas do perfeito" (p.49).

Articulando estes contributos, parece-nos lógico, de acordo com Meier, que um número restrito de verbos com VT /e/ e pretérito rizotónico regularize esse complexo paradigma por analogia com um grupo de verbos mais numeroso¹², também com pretérito rizotónico e com a mesma VR em todo o paradigma (*saber*, etc.), ou mesmo com os verbos regulares¹³, i.e que uma mesma vogal ocorra idealmente no radical de todas as pessoas verbais. Mas, como Mattos e Silva, cremos ser evidente que a mudança que deu origem ao português standard foi no sentido de alargar o modelo de P1 do pretérito de *ir, ser, estar, ter, poder* e *pôr* (que desde sempre apresentou VR[+alt], como se viu) às restantes pessoas, salvo à P3 que, sendo acentuada no radical e não tendo PN, como a P1, se manteve distinta dela, talvez pela razão apontada por Meier e que aqui relembramos: a analogia não produz, em geral, formas homófonas. Os verbos *ir* e *ser*, pelo contrário, mantiveram o modelo do português arcaico, com P1 diferenciada de todas as outras pessoas (*fui* vs *foste, foi, fomos, fostes, foram*), independentemente de a VR ser em todas elas acentuada.

A segunda questão acima enunciada, respeitante à presença ou não de vogal temática nas P1 e P3 dos pretéritos fortes, reveste-se de alguma

¹¹ A autora refere-se ao português standard. Leite de Vasconcellos, nas suas pesquisas dialectais, documenta outras formas que não seguiram o mesmo tipo de mudança, por exemplo, *teve* para P1 e *tive* para P3, no Centro e Norte do país, assim como *fez* para a P1 e *fiz* para a P3, no Minho, nas Beiras e noutros locais. A forma *esteve* para P1 é, segundo Leite de Vasconcellos, característica do Centro, onde se regista por vezes também *estive* para P3.

¹² Relembramos a existência das formas evocadas na nota 9 deste texto.

¹³ Martins, A. M. 1988 é um contributo importante para a explicação da evolução dos pretéritos regulares do português.

complexidade¹⁴. Mateus 1982[1975] e Andrade Pardal 1977 propõem, para os verbos ditos regulares, a existência fonológica de VT em todas as pessoas verbais, embora as formas de base que propõem para o pretérito sejam diversas nas duas obras. Mateus *op.cit.*, que refere alguns pretéritos irregulares, como o de *ter*, propõe uma análise uniformizadora dos pretéritos regulares e irregulares (/fal+a+j+i/, /tev+e+j+i/(pp:169-176)), embora defenda que a VT é suprimida na P1 de *ter*, após aplicação da regra de assimilação da vogal do radical, o que permite obter a forma do radical *tiv-*, regra essa que não se aplica à P1 dos verbos regulares. Assim, haveria, de qualquer modo, uma distinção fundamental entre verbos regulares e irregulares. Em síntese: a P1 *tive* é atemática, sendo a vogal final da transcrição fonética apresentada, [´tɪvi], resultado da centralização de PN /i/; a P3 *teve*, [´tevi], não tem sufixo de PN, pelo que a vogal final é o resultado da elevação e da centralização da VT /e/¹⁵. Se se admitir, no entanto, como fazemos neste estudo, que em português standard o radical de *Perfectum* pode apresentar alternância, diacronicamente motivada, na VR do pretérito, e que os pretéritos rizotônicos se diferenciam claramente dos arrizotônicos por várias razões, não é necessário propor a existência de PN /i/ em P1 e será forçado pretender atribuir-lhes formas fonológicas idênticas às destes últimos. Assim, a vogal que segue o radical poderá corresponder à VT /e/ (*tive*).

A questão levanta-se, de novo, ao analisar formas como *fiz*, *pus* ou *quis* que, no português standard, têm como elemento final a consoante [ʃ] e não [z], como aconteceria se o elemento final fosse um /e/ (cf. *fizeste*, *fizemos*, etc. com VT /e/ e consoante do radical [z]), mesmo que essa vogal fosse muito reduzida ([´fizɪ] ou [´fiz̩]). Poderemos, assim, propor que os pretéritos destes três verbos, em PE standard, não têm VT em P1 e P3. Comparando com os *corpora* dialectais analisados, verifica-se haver ainda algumas atestações de P1 [´fizɪ] / [´fiz̩], [´puzɪ] e Leite de Vasconcellos regista, em Rio Frio e em Ervedosa do Douro (localidades muito afastadas das consideradas neste trabalho), formas idênticas a estas e ainda [´fiz̩] e [´kiz̩], o que conduz a pôr-se a hipótese de que estes pretéritos podem ser interpretados como tendo VT na P1, operando assim os falantes que os produzem com outro padrão morfológico.

Como escreve Ambadiang 1994: 166 "(...) el indefinido [i.e., o pretérito] es el tiempo menos transparente del sistema verbal español"¹⁶ e Pensado 1999:

¹⁴ Ambadiang 1994 refere, em vários passos, a dificuldade em isolar esse constituinte, em espanhol, e as tentativas, a seu ver falhadas, em o conseguir.

¹⁵ Ambos os autores citados propõem /i/ como marca de P1 e /u/, de P3, para os verbos regulares; Mateus *op.cit.*, ao descrever a derivação de *teve*, assume a ausência de marca de P3.

¹⁶ Ambadiang 1994 resume, em quadros comparativos, diferentes análises feitas para os pretéritos regulares do espanhol. Na sua análise, propõe a existência de raízes diferentes, consoante as pessoas

4475, “Los perfectos fuertes (...) se caracterizan por distintas alternancias que los diferencian del tema de presente tanto o más que por la adición de sufijos. Son el resíduo, muy reducido por la analogia, de un amplio conjunto de esquemas de formación del perfecto que se remontan al latín”. De facto, a diversidade de análises existentes para o pretérito espanhol aponta para essa complexidade, que pode ser estendida ao português relativamente ao qual, que saibamos, não existem estudos sincrónicos sobre os pretéritos irregulares, apenas apontamentos esparsos em obras de vários tipos, nomeadamente gramáticas do PE standard e monografias dialectais.

Referiremos, pela proximidade com o português, alguns aspectos relativos ao espanhol e ao galego¹⁷. Assim, Alcoba 1999, evocando, embora muito brevemente, a VT dos pretéritos em questão, afirma, em nota, que P1 *anduve* e P3 *anduvo* são atemáticas, enquanto que os verbos regulares das três conjugações têm VT expressa na P1¹⁸. Quanto ao galego, que nos interessa particularmente dada a proximidade com o PE setentrional, Santamarina 1974: 25 escreve que a VT está presente na P1 dos pretéritos fortes, como em *fix-e-n*, e que não ocorre na P3 de doze verbos: exactamente os correspondentes àqueles que analisamos neste texto e ainda em *andar* (*anduvo*)¹⁹. Embora o galego tenha sufixos de PN em todas as pessoas do pretérito, formas rizotónicas incluídas (P1 *-n* e P3 *-o*, para falar apenas das que nos interessam neste trabalho), há, no entanto, variantes de pretéritos fortes sem PN1 mas com VT (cf. Tabela 4, por exemplo [ˈpuʃeŋ] vs [ˈpuʃe], P1 de *poder*): a inexistência da regra de elevação das vogais átonas, em galego, torna a presença dessa VT inequívoca. Em PE, diferentemente do galego, a) *querer*, *fazer* e *pôr* são atemáticos na P1 (como na P3) e b) os restantes verbos da Tabela 1 têm VT /e/ na P1 e na P3 – não tendo evidências seguras, como nos três verbos em a), quanto à ausência da VT, optamos por admitir que ela está presente (embora com realização fonética muito reduzida ou nula) e que, desse ponto de vista, esses verbos se aproximam do modelo dos pretéritos regulares. A comparação com o galego será desenvolvida, quando comentarmos a Tabela 4.

verbais e defende que a vogal que segue a raiz é uma marca de modo. Quanto aos marcadores de PN, defende que apenas P2 e P5 têm marcas de pessoa e P4 e P6, marcas de número (pp.231-32).

¹⁷ Segundo Solà, J. et al 2002: 672, em catalão há apenas três verbos com pretéritos rizotónicos: *ser*, *fer* (fazer), e *veure* (vir), com P1≠P3 quanto à VR, mas ambos sem PN3. Não consideraremos, assim, esta língua nos nossos brevíssimos comentários.

¹⁸ Alcoba 1999: 4928-30 defende que, em P1, *-e* da 1ª conjugação (*canté*) e *-i* das 2ª e 3ª conjugações (*temí*, *partí*) são VT e que *-ó/-ió* de P3 são marcas de TMA, nas três conjugações regulares (*cantó*, *temió*, *partió*).

¹⁹ Os verbos *ir/ser* não apresentam VT em nenhuma pessoa, o que acontece também em português.

3 – Diferenciação vs indiferenciação de P1 e de P3

3.1 – PE standard

A Tabela 1 sintetiza, para os verbos seleccionados, as variantes do pretérito que existem no português standard, no que respeita à diferenciação ou não entre P1 e P3: $P1=P3$ e $P1\neq P3$, estando este último esquema associado à alternância vocálica $V[+alt] \sim V[-alt]$. Esperar-se-ia que essa diferenciação, sendo o PE considerado uma língua de sujeito nulo, fosse marcada morfologicamente de forma sistemática, na perspectiva de que a morfologia verbal pode ser supletiva da sintaxe, em termos da identificação do sujeito nominal ou pronominal da frase. Contudo, outros casos há, em PE, em que ocorre homofonia entre P1 e P3 (imperfeito, condicional, infinitivo flexionado e todo o conjuntivo); nessa medida, a indiferenciação em si própria entre P1 e P3 de alguns pretéritos rizotónicos não constitui um caso excepcional, já que esse modelo é produtivo no sistema verbal do PE e que eventuais ambiguidades são resolvidas pelo contexto discursivo.

Os dados dialectais das zonas rurais do Minho e de Trás-os-Montes situadas ao longo da fronteira com a Galiza e da zona urbana de Braga mantêm essa diferenciação de padrões, a par de outros, o que constitui evidência da existência de gramáticas em competição, em tempo real. Cremos que a consideração do seu conjunto poderá contribuir para uma melhor compreensão da relevância, em PE, da distinção entre P1 e P3 e da pertinência do Nó de Altura da VR nessa distinção. Como se verá nos dados dialectais incluídos na Tabela 2 (das zonas rurais) e na Tabela 3 (de Braga), existe grande variação quanto às formas de P1 e de P3 e quanto à relação paradigmática entre ambas.

3.2 – PE não-standard

3.2.1 - *Corpus* PE1²⁰

O conjunto de verbos incluído na Tabela 2, referente a PE1, não contempla *saber*, *cabere*, *dizer* e *querer* por estes verbos não apresentarem formas de P1 e P3 do pretérito diferentes das do português standard.

Nessa Tabela, os mesmos verbos aparecem em paralelo, a negrito, em duas colunas verticais, acompanhados das respectivas P1 e P3 atestadas no *corpus*. As formas sob a. e b. correspondentes à primeira coluna dos verbos a negrito têm em comum o facto de a P1 ser idêntica à P3, não só, como no português standard, nos verbos *trazer* e *haver*, mas também em todos os restantes verbos que, na variedade

²⁰ Este corpus está, actualmente, em fase de alargamento, sendo previsível que, dentro em breve, outras localidades, a sul das actuais, estejam estudadas. Tal permitirá alargar a análise aqui apresentada.

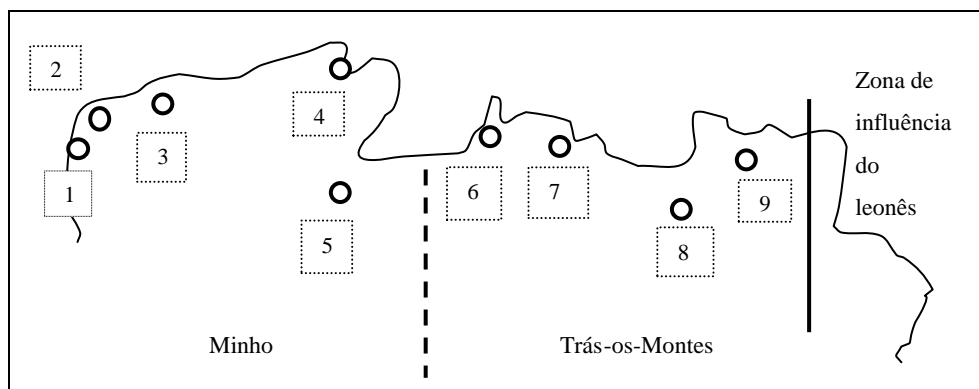
standard, distinguem as duas pessoas verbais²¹. As formas sob a.-g., correspondentes à segunda coluna dos verbos a negrito, caracterizam-se por diferenciarem a P1 da P3 segundo modelos diversos: em a., em conformidade com o padrão de diferenciação do português standard (V[+alt] ~ V[-alt, -bx]), padrão esse alargado à P1 de *trazer* [ˈtɾus̺]; em b., mantendo a diferenciação de altura da VR, mas apresentado, em P1, o RAD das P2, P4, P5 e P6 do mesmo paradigma pelo facto de os falantes produzirem uma vogal final [ɨ̃]; em c., diferenciando P1 de P3 pela altura da VR, como em PE standard (ressalvadas as características fonéticas dialectais), simplesmente correspondendo à "outra forma" do standard: P1 com V[-alt] e P3 com V[+alt]; em d., mantendo a VR diferenciada, como no português standard (ou mantendo o ditongo original, em [ˈowβu]), embora apresentando um marcador de PN3, [u]; em e., realizando a P3 com V[+alt], [ĩ], e com marcador de PN, [u]; em f., marcando a distinção de P1 e P3 apenas com base no marcador de PN3, [u], já que a VR é idêntica nas duas pessoas verbais (V [-alt], típica de P3, na variedade standard); em g., seleccionando a VR [u] e o marcador de PN3, [u].

A leitura da Tabela 2 conjugada com a dos Esquemas 1 e 2, adiante, mostra que, em certos pontos da rede de inquérito, quando os verbos têm formas diferentes para P1 e P3, os falantes dispõem de recursos morfológicos, como o da presença de um marcador de PN numa das pessoas verbais, e morfofonológicos, como a diferenciação pela altura da VR, ou ainda ambos, conjugados entre si. Todavia, estas diferenças não se registam todas nas mesmas localidades²². Importa, por essa razão, apresentar a sua distribuição geográfica de forma rigorosa e testar se existe um *continuum* linguístico, geograficamente motivado, na ocorrência dos padrões de realização de P1 e P3.

As localidades incluídas neste estudo são as seguintes, ordenadas do litoral para o interior: Vila Praia de Âncora (1), Moledo (2), Bade (3), Castro Laboreiro (4), Brufe/S. João do Campo (5), Pitões das Júnias (6), Santo André (7), Sonim (8) e Travanca (9):

²¹ Não há, no *corpus*, atestações de P1 do verbo *pôr*, mas admitimos ser idêntica à de P3; do mesmo modo, não ocorreu a P3 de *trazer* (coluna a.), em P1≠P3 (mas admitimos ser [ˈtɾow̃s̺], já que a forma [tɾus̺] é frequente em falantes pouco escolarizados em todo o país), nem P1 de *ter* (coluna c.) nem, ainda, a P3 de *ter* (coluna e.).

²² Adiante, será apresentada a proveniência geográfica das formas atestadas e será discutida a questão da co-ocorrência de formas numa mesma localidade, propondo-se um *continuum* de padrões verbais, de ocidente para oriente.



Mapa 1

Em PE1, há atestações das formas standard, para praticamente todos os verbos e em todas as povoações, o que nos permite afirmar que o pretérito standard é uma das variantes desta região ou, mais correctamente, que a gramática do standard co-ocorre com gramáticas dialectais. De facto, certos verbos, em todo o PE1, ou todos os verbos, em certas povoações, têm formas específicas e são essas que merecerão a nossa especial atenção. No Esquema 1, (i) a (vi) correspondem aos diferentes padrões atestados e as setas a negrito significam a existência de um *continuum* que, embora não perfeito, é significativo, como tentaremos mostrar adiante:

1 V.P.Âncora	2 Moledo	3 Bade	4 C.Laboreiro
(i) P1 e P3 VR[+alt]	(i) P1 e P3 VR[+alt]	(i) P1 e P3 VR[+alt]	(i) P1 e P3 VR[+alt]
	(ii) P1 e P3 VR[-alt]	(ii) P1 e P3 VR[-alt]	(iii) P1 VR[+alt] P3 VR[-alt] , PN3 /u/
			(v) P1 e P3 VR[+alt] PN3 /u/
5 Brufe/S.J.Campo	6 P.das Júnias	7 Sto.André	* 9 Travanca
(i) P1 e P3 VR[+alt]	(iii) P1 VR[+alt]	(iii) P1 VR[+alt]	(i) P1 e P3 VR[+alt]
(ii) P1 e P3 VR[-alt]	P3 VR[-alt], PN3 /u/	P3 VR[-alt], PN3 /u/	(iii) P1 VR[+alt]
(vi) P1 VR [-alt] P3 VR[+alt]	P1 VR [-alt] P3 VR[-alt], PN3 /u/	P1 VR [-alt] P3 VR[-alt], PN3 /u/	P3 VR[-alt], PN3 /u/ (iv) P1 VR [-alt] P3 VR[-alt], PN3 /u/

Esquema 1 - construído a partir dos dados na Tabela 2

* Em Sonim, ponto 8, não há dados disponíveis suficientes para se tirarem conclusões. Por essa razão, Sonim também não é considerado no Esquema 2.

Assim: o padrão (i) P1=P3, com VR[+alt], encontra-se mais fortemente representado em V. Praia de Âncora (onde constitui padrão único), Moledo e Bade, já que as suas ocorrências em Castro Laboreiro, Brufe/S. João do Campo e

Travanca se limitam aos verbos *ir/ser*; o padrão (ii) P1=P3 com VR[-alt], ocorre em Moledo, Bade e Brufe/S.J. do Campo (com um hiato no ponto 4), mas preferencialmente nos verbos *estar* e *fazer*; o padrão (iii) P1≠P3, P1 com VR[+alt], [i] ou [u], e P3 com VR[-alt], seguida de morfema de PN /u/, ocorre a partir do ponto 4 e estende-se pelos pontos 6, 7 e 9 (com um hiato no ponto 5); o padrão (iv) P1=P3 com VR[-alt], P3 com marcador de PN /u/ encontra-se nas localidades transmontanas de Pitões das Júnias, Santo André e Travanca, apesar de não termos em todos os casos dados dos mesmos informantes; o padrão (v), exclusivo de Castro, com P1 e P3 com VR[+alt] e PN3; o padrão (vi) P1≠P3, P1 com VR[-alt] e P3 com VR[+alt] é exclusivo do ponto 5, Brufe/S.J. do Campo. Tentado sistematizar:

1. o ponto 1, V.Praia de Âncora, é um caso isolado, na medida em que dispõe de um único padrão²³;
2. os pontos 2 e 3 apresentam características idênticas (padrões (i) e (ii)), partilhando o padrão (i) com o ponto 1 e o padrão (ii) com o ponto 5;
3. nos pontos 4 e 5, a existência do padrão (i) aproxima-os das localidades 1 a 3; o ponto 4 apresenta pela primeira vez, nesta sequência de padrões, o padrão (iii), que vai ocorrer nos pontos 6, 7 e 9, e ainda o padrão (v), exclusivo deste ponto; o ponto 5 isola-se dos restantes pelo padrão (vi), exclusivo desta localidade;
4. os pontos 6 e 7 são claramente caracterizados pela distinção entre P1 e P3 (não há atestações dos padrões (i) e (ii)) e pela existência dos padrões (iii) e (iv), este partilhado pelo ponto seguinte, 9, mas não pelos pontos anteriores;
5. o ponto 9 relaciona-se com todos os outros através do padrão (i), com os pontos 4, 6 e 7 pelo padrão (iii) e com os pontos 6 e 7 pelo padrão (iv).

Apesar de haver interrupções no *continuum*, existe um número significativo de evidências para avançar a hipótese da sua existência, do litoral para o interior. As formas com vogal média no radical, sem marca de PN3, embora sendo típicas do Minho (não ocorrem em Trás-os-Montes), não foram registadas nem em V. Praia de Âncora nem em Castro. Esta última localidade faz a ligação entre os padrões minhotos e os transmontanos (estes caracterizados pela existência da PN3 /u/), o que se esperaria fosse assumido por Brufe/S.J. do Campo (ponto 5) que, curiosamente, está mais próximo do perfil minhoto do que do transmontano, apesar da sua localização geográfica; o facto de essa marca não ter sido atestada pode decorrer do facto de esta localidade estar um pouco mais afastada da fronteira, ou de simplesmente não terem sido produzidas nas entrevistas formas desse tipo.

²³ Referimo-nos apenas a padrões diferentes dos do português standard.

Em termos de distribuição dos padrões por localidades e do *continuum* que formam, teremos o seguinte:

PADRÕES	LOCALIDADES / PONTOS, DE OCIDENTE PARA ORIENTE								
	V.P. Âncora	Moledo	Bade	Castro	Brufe/ S J.C.	Pitões	S.André	S o n	Travanca
(i)	1 →	2 →	3 →	4 →	5 →				9
(ii)		2 →	3 →		5				
(iii)				4 →		6 →	7 →		9
(iv)						6 →	7 →		9
(v)				4					
(vi)					5				

Esquema 2

À exceção de V.P. de Âncora, todos os outros pontos dispõem, assim, de dois ou três padrões não-standard co-existent, embora alguns deles se especializem para apenas alguns verbos. Em termos de maior grau de generalização de padrões, teremos, por ordem decrescente, (i)>(iii)>(ii)>(iv)>(v)/(vi), sendo que (i) e (ii) correspondem a $P1=P3$ e os restantes a $P1 \neq P3$; (iii) e (iv) são definidores das localidades transmontanas, assim como (v), apesar de exclusivo de Castro. A fronteira geográfica corresponde, quase perfeitamente, à fronteira linguística (cf. Mapa 1), ressalvados os casos de Castro (Minho) que apresenta também o padrão (iv) e o padrão (v) e o de Travanca (Trás-os-Montes) em que ocorre também o padrão (i).

Se quisermos, no entanto, considerar a faixa norte de Portugal no seu conjunto (o que nos interessa, do ponto de vista metodológico, com vista à comparação com o galego), poderemos avançar, quanto à VR, os seguintes comentários: apesar de o padrão (ii) estar em terceiro lugar, se se considerar que (i) e (ii) apenas se distinguem pela altura da VR, fica claro que, sendo padrões do mesmo tipo (sem distinção morfofonológica entre P1 e P3), há predominância da VR[+alt] (seis localidades, contra três com VR[-alt]). Do mesmo modo, se se relacionarem os padrões (iii) e (iv), verifica-se que a diferença entre eles reside apenas na altura da VR de P1, com predominância da VR[+alt], [i] ou [u] (quatro localidades, contra três com VR[-alt]). Não obstante, e quanto aos marcadores de PN1 e de PN3, entre (i)+(ii) e (iii)+(iv) existe uma diferença fundamental: neste último par, a P3, independentemente de a VR ser [i], [u] ou [e], é marcada pelo sufixo de PN /u/. Acrescente-se, ainda, que o padrão (v), que partilha com os anteriores a presença de PN3, tem VR[+alt]. Assim, e apesar da variação atestada, P1 é mais frequentemente associada a VR[+alt], como em PE standard, ressalvadas

outras diferenças. Igualmente se pode concluir (agora incluindo o padrão (vi)) e em termos gerais, que há um equilíbrio quase perfeito de padrões, relativamente à questão da diferenciação ou não de P1 e P3: o esquema $P1 \neq P3$ prevalece apenas com um ponto de diferença. Poder-se-á, ainda, acrescentar que Trás-os-Montes se distancia mais do PE standard do que o Minho o que, não constituindo uma novidade absoluta, fica claramente confirmado com o estudo minucioso de uma quantidade de dados considerável.

3.2.2 - CPE-VAR – *Corpus* de Português Europeu - Variação

Na Tabela 3, construída de forma idêntica à Tabela 2, apresentam-se os dados de Braga²⁴ que permitem mostrar que, nas zonas urbanas, a variação é menor, no que respeita às questões em estudo. Este *corpus* inclui produções de falantes alfabetizados, contrariamente ao *corpus* PE1, mas verificou-se que o grau de escolaridade não parece ser relevante, já que alfabetizados e analfabetos partilham algumas formas não idênticas às do standard, como nos casos de $P1=P3$ de *ter*, *estar* e *fazer*, com vogal [+alt] (padrão (i)), e nos verbos *ser/ir*, *ter*, *estar* e *fazer*, com vogal [-alt] (padrão (ii)). Ou seja, os falantes dispõem de mais do que uma gramática, não tendo a escolaridade anulado a gramática dialectal mas tendo, sim, criado uma situação de gramáticas em competição, como diria Lightfoot 1999. Mesmo se ocorrem, em Braga, formas homófonas de P1 e de P3 que relevam de selecções diferentes da VR, em relação às zonas rurais, a caracterização dos padrões flexionais em termos de não-distinção de pessoas verbais mantém-se. Assim, por exemplo, $P1=P3$ *foi* e *teve*, atestadas em Braga, onde parece haver preferência pela vogal média, não ocorrem nas localidades rurais, mas a opção pela vogal média está atestada, naquelas zonas, em dois verbos ($P1=P3$ *fez* e $P1=P3$ *esteve*). Como era de esperar, em Braga, zona urbana, minhota e mais afastada da fronteira com a Galiza, não ocorrem os padrões com PN3 /u/ nem radicais com VR [u], típicos das localidades raianas de Trás-os-Montes e mais semelhantes aos do galego: Braga aproxima-se, em termos de padrões, de Moledo e de Bade, embora esteja situada bastante mais a Sul; de facto, mantém, embora de modo percentualmente baixo, formas homófonas de P1 e P3 com vogal média ou com vogal alta (cf. por exemplo *estar*, na Tabela 3), pelo que se deduz que a força regularizadora da altura da VR continua activa, mesmo fora das zonas rurais. Por esta razão, entendemos ser útil incluir uma zona urbana, neste estudo, para, de algum modo, dar um contributo para a questão da mudança linguística operada nas zonas urbanas, mais expostas aos modelos do standard.

²⁴ Em certas casas da Tabela 3, há formas colocadas em sequência linear (por exemplo, [ʃˈteβɨ], [ʃˈtevi], [ˈtevi]) que consideramos como variantes fonéticas da pessoa verbal em questão. *Trazer*, *haver*, *poder* e *pôr* não ocorrem, no pretérito e nas pessoas que nos interessam, no *corpus* CPE-VAR.

Convém, no entanto, chamar a atenção para o facto de que as vogais [e] e [i], por um lado, e [o] e [u], por outro, que ocorrem nas formas não-standard incluídas na Tabela 3 podem corresponder não a uma selecção de vogais morfofonologicamente motivadas, mas a uma questão relacionada com a sua dispersão no triângulo acústico. De facto, um estudo acústico realizado sobre as vogais acentuadas em diferentes classes de palavras produzidas pelos mesmos informantes de Braga que aqui retivemos (Rodrigues & Martins 1999) conclui que as áreas de dispersão das vogais de alguns destes falantes são parcialmente coincidentes, ou muito próximas, sobretudo se todas forem comparadas umas com as outras. Com efeito, apesar de cada um dos seis falantes analisados possuir um triângulo acústico com áreas de dispersão relativamente bem definidas (conseguidas à custa de uma subida nos valores de F2, no caso das vogais não recuadas, e de uma descida de F2 nas labiais), se comparados os triângulos, existem falantes que produzem vogais altas onde outros produzem vogais médias, e *vice versa*, uma vez que os valores de F1 das vogais médias são relativamente baixos. Por isso, uma das áreas de possível confusão perceptiva, apontada pelos autores, nesta cidade, é a das vogais altas e médias: entre [i] e [e], por um lado, entre [i] e [e] e entre [u] e [o], por outro. Assim, e embora não tenha sido objecto do referido estudo testar em particular os pretéritos, pelo que os dados não são muito numerosos, é de admitir que os falantes de Braga não se apercebiam sempre da diferença entre as realizações de P1 e P3 dos pretéritos rizotónicos standard, baseadas exclusivamente na diferença de altura da VR. Neste caso, a sua produção de VR diferente da do PE standard dever-se-ia a um fenómeno puramente fonético, verificável em outras classes de palavras, o qual daria origem a formas homófonas de P1 e de P3 do pretérito com uma das vogais disponíveis, sendo previsível grande margem para a variação. É, assim, difícil afirmar-se que esses falantes fazem tentativas de regularizar o paradigma do pretérito, como acontece em PE1 (cf. Esquema 3, abaixo), quando produzem P1=P3 *esteve*, por exemplo, ou se a efectiva regularização observada, embora não-estável (cf., de novo, Esquema 3) em termos de selecção da VR, é apenas fruto daquela proximidade fonética entre as vogais. Por outro lado, e porque se verifica que optam maioritariamente pela vogal média, pode aventar-se a hipótese de que tenham mantido a característica do português arcaico (cf. ponto 2 deste texto: até à estabilização do pretérito standard, cinco em seis formas tinham a vogal /e/, o mesmo acontecendo com a vogal média /o/, em *ir/ser*, o que se mantém em PE contemporâneo) mas que, tendo disponível o modelo standard, tentem segui-lo; contudo, e dada a dificuldade em distinguir claramente as vogais em questão, seleccionem ora uma ora outra vogal. O referido estudo leva-nos a interrogar-nos sobre a hipótese de que Moledo e Bade partilhem estas características com Braga²⁵, embora esta se encontre bastante mais a Sul: de

²⁵ Não havendo estudos já disponíveis sobre as vogais tónicas noutras classes de palavras, em PE1,

facto, os padrões (i) e (ii) (cf. Esquema 1, acima), que correspondem à descrição feita para Braga, ocorrem, de forma muito caracterizadora, nesses dois pontos minhotos. Mas o padrão (i) ocorre também em Trás-os-Montes, no ponto 9 e o padrão (ii), por seu lado, não ocorre nos pontos 1 e 4 do Minho. Tendo em conta o Esquema 3, pode então admitir-se que a diferente selecção de VR, em Braga, corresponde simplesmente aos modelos (i) ou (ii) em concorrência, atestados também em PE1, talvez fortalecidos pelas características fonéticas das vogais naquela cidade. Comparando os dois *corpora*, verificamos, de facto, que, nos verbos comuns a ambos e com homofonia de P1 e P3, há claramente maior estabilidade na VR em PE1 do que em Braga, o que está de acordo com o estudo de Rodrigues e Martins e que, em PE1, há preferências mais evidentes consoante os verbos:

VERBOS	PE1	BRAGA
ir/ser	P1=P3 : VR [u]	P1=P3 : VR [o]
ter	P1=P3 : VR [i]	P1=P3 { VR [e] VR [i]
estar	P1=P3 : VR [e]	P1=P3 { VR [e] VR [i]
fazer	P1=P3 { VR [e] VR [i]	P1=P3 : VR [e]

Esquema 3

Outros estudos do tipo do citado seriam importantes relativamente a outras zonas do país, em que há casos de homofonia de P1 e P3, para verificação cabal dos mecanismos subjacentes a essa homofonia: haverá, noutras regiões do país, fenómenos fonéticos idênticos aos de Braga? De facto, formas de P1 *foi, fez, esteve, teve*, a par de *fui, fiz, estive, tive*, estão atestadas em muitas zonas do país e são referenciadas por filólogos em trabalhos do início do séc. XX, pelo menos.

As conclusões talvez mais interessantes a retirar deste conjunto de observações são as de que o triângulo acústico das vogais do PE standard terá sem dúvida muitos concorrentes dialectais e que há claramente dois modelos de flexão dos pretéritos rizotónicos, nas localidades que estudámos: um sem distinção dessas pessoas quer a) por efeito de um processo de regularização paradigmática com base na VR quer b) como consequência de uma dispersão das vogais particular (Braga); outro com distinção entre P1 e P3 a) baseado exclusivamente na altura da VR e b) baseado noutros constituintes, como a PN3 [u] ou a VR [u].

não é possível aprofundar esta hipótese.

3.3 - Galego

Na Tabela 4, que sintetiza as formas do galego obtidas no *ALGa*, existe apenas uma coluna onde estão inscritos os infinitivos dos verbos a negrito, já que o padrão de não-diferenciação de P1 e P3 atestado no português não existe nesta língua. Esta diferença é fundamental, em termos de resposta à hipótese inicialmente posta, a de a variação atestada em PE1 ter a ver com modelos partilhados com os do galego. De facto, apenas parcialmente podemos aproximar PE1 dessa língua. Assim, as colunas a., b. e c., sob $P1 \neq P3$, correspondem apenas a variantes nas formas dessas pessoas verbais, no que respeita à VR ou a radicais diferenciados (por exemplo, [ˈtruʃeŋ] e [ˈtrueŋ]). As formas inscritas na Tabela correspondem, sempre que possível, às mais frequentes nas regiões envolventes da fronteira entre Portugal e a Galiza (que, por vezes, coincidem com a forma mais generalizada em galego). No entanto, e dado que certos verbos apresentam uma grande variação, como é o caso de *facer*, não foi possível integrá-las todas na Tabela. Esse facto não nos parece, no entanto, ter consequências na comparação com os dados do português, já que as formas não incluídas apresentam variação apenas na consoante final do RAD e não no núcleo do RAD que constitui a questão que nos interessa aqui analisar, já que testar se $P1=P3$ teria influência do galego é uma questão posta de parte. Na Tabela figuram, pelo contrário, as variantes com PN3 vocálico ou zero já que esse facto pode ter interesse na perspectiva da comparação com o português das zonas rurais consideradas.

Em cada casa da Tabela, à(s) primeira(s) forma(s) de P1 corresponde(m) a(s) primeira(s) de P3 e assim por diante. Quando existe apenas uma forma de P3, tal significa que ela é a correspondente a todas as eventuais formas de P1; a existência de uma única forma de P1 e de duas de P3, significa que, consoante as localidades, a P1 em questão tem uma ou outra das P3 como correspondente.

Conforme se pode ver na Tabela 4, em galego, nos verbos em estudo, existe sempre uma marca morfológica de PN3, /o/; apesar de, no galego standard, a P1 ter o PN /N/, verifica-se existirem variantes sem esse sufixo (por exemplo, [ˈtrowɐ])²⁶. No que respeita à vogal do radical, ela é idêntica em todas as pessoas do pretérito, na generalidade dos casos, seja ela qual for, sendo que a diferenciação entre P1 e P3 é garantida pelo respectivo PN: P1 [ɲ] ~ P3 [o] ou P1 Ø ~ P3 [o]. No verbo *poñer* existe, contudo, uma variante com P3 [-alt] (coluna b.); *ir/ser* tem essa alternância em praticamente toda a Galiza, mas, nas zonas que observámos, existe uma P3 com VR[+alt] (coluna b.). Assim, verifica-se que os pretéritos rizotónicos, nas zonas mais próximas da fronteira, independentemente de terem a forma mais

²⁶ Por razões de espaço, não separamos, na Tabela, as formas com PN3 [ɲ] e zero; aparecem apenas separadas por vírgula, assim como acontece com formas que se diferenciam apenas por variantes fonéticas da consoante do radical ([ˈfiʃeŋ], [ˈfiʃeŋ]).

generalizada em todo o território ou de terem formas que ocorrem apenas em algumas localidades, têm em comum, como uma quase constante, um radical idêntico nas duas pessoas verbais em estudo. Deste ponto de vista, o galego afasta-se substancialmente do PE.

Dos dados incluídos na Tabela 4, interessa-nos sublinhar sobretudo aqueles que, sendo idênticos às variantes existentes nas zonas portuguesas fronteiriças já estudadas, possam corresponder a padrões de flexão mais conservadores que se mantiveram até hoje e que, eventualmente, o convívio transfronteiriço existente de algum modo favoreça. Nessa medida, chamamos a atenção para os seguintes casos, no que respeita à existência de morfema de PN e à qualidade da vogal acentuada do radical:

(i) em Castro Laboreiro, Pitões das Júnias, Santo André e Travanca foram registadas formas com marcador vocálico de P3 que se assemelha ao sufixo existente em galego para esta pessoa, não apenas em Orense (região fronteiriça com aquelas localidades), mas também no resto da Galiza, como se viu. A vogal, em galego, é realizada como [o] salvo depois de vogal, contexto em que semivocaliza em [w], segundo Santamarina 1974. Tratando-se de uma vogal não acentuada, poderá ter sido interpretada, a sul da fronteira, como um /o/ átono com o comportamento típico do português, ou seja com realização [u]; ou, e pelo facto de não apresentar variação fonética nas localidades portuguesas em estudo, /o/ poderá ter sofrido uma reinterpretação em /u/ (por influência do PE standard), o que só um estudo mais detalhado do vocalismo da região poderá decidir. De qualquer modo, a identidade de marcadores entre os pontos 4, 6, 7 e 9 e o galego, para além de ter muito provavelmente motivações diacrónicas, será reforçada pela existência, nos verbos regulares do português, do marcador de P3 /u/;

(ii) a VR do galego tende a ser a mesma em todas as pessoas e só raramente é [-alt]; mas, e para além de *ir/ser* (com distinção sistemática, excepto num ponto já bastante afastado da fronteira), a diferenciação vocálica no radical de P1 e de P3 ainda existe em galego em *poñer*, em localidades junto à fronteira;

(iii) uma vez que, em galego, a VR é maioritariamente [+alt], a existência de variação entre vogal média e alta em P3 nas zonas fronteiriças minhotas afasta-as do galego;

(iv) as formas homófonas do padrão (i) – P1=P3 com vogal alta, típicas dos pontos minhotos 1 e 2 do Mapa 1, mas que também estão atestadas no ponto 9, transmontano – podem constituir um padrão português de regularização das VR destes pretéritos (à imagem de *quis* e *disse*, em PE standard) com VR[+alt], ou podem estar associadas a um dos padrões do galego, pelas razões já apontadas (cf. *ter* e *estar* (coluna b.);

(v) as formas da Tabela 2 com VR[u], P1 [ˈtuβ] (*ter*), P1 [ʃˈtuβi] e P3 [ʃˈtuβu] (*estar*), atestadas em Castro Laboreiro, têm evidente relação com as formas mais gerais desses verbos, na Galiza (cf. Tabela 4, coluna a.).

4. Reflexões finais

Apesar de haver bastante informação diacrónica sobre os pretéritos rizotónicos, em português, não existem, segundo cremos, trabalhos que, numa perspectiva sincrónica, dêem conta de forma sistematizada das variantes atestadas em PE e que incluam uma comparação com o galego, quando se trata da zona norte de Portugal. Tentámos, por estas razões, contribuir para um maior conhecimento destes pretéritos e das características morfofonológicas que os definem ao incluir dados organizados por tipos de padrões flexionais para os quais propusemos um *continuum* que se espraia do litoral para o interior. Retomando as quatro questões que nos propusemos estudar e que anunciamos no Preâmbulo, concluímos que

i) a relevância morfossintáctica da distinção entre P1 e P3 é praticamente nula: em 9 pontos da rede de localidades, existem os padrões (i) e (ii) (P1=P3), embora nem sempre cumulativamente, e em 10 pontos existem os padrões (iii), (iv), (v) e (vi) (P1≠P3), cumulativamente com (i) ou (ii) ou isolados (cf. Esquema 2); dentre estes últimos padrões, (iii), (iv) e (vi) diferenciam-se fundamentalmente dos restantes por marcarem a distinção entre pessoas verbais como em galego, ou seja através do sufixo [u], em P3, por oposição ao sufixo zero, em P1; o facto de terem PN3 não é suficiente para os aproximar do PE standard nos verbos regulares, devido à oposição entre P1 e P3, diferente da do standard;

ii) assim, e quanto aos processos que subjazem a P1≠P3, verifica-se que, a par de formas que seguem o modelo do PE standard, como em Braga (Tabela 3) e também em PE1 (Tabela2)²⁷, apenas baseadas na altura da VR, existem, em PE1:

a) um padrão que conjuga processos morfológicos (marcador de PN) e fonológicos (Nó de Altura da VR): padrão (iii) P1 [ˈpuði], P3 [ˈpoðu]; P1 [ˈtiβi], P3 [ˈteβu] (cf. coluna d. da Tabela 2);

b) dois padrões que privilegiam os processos morfológicos, ou seja que baseiam a diferenciação entre as pessoas em causa apenas no marcador de PN: padrão (iv) P1 [ˈteβi], P3 [ˈteβu], com VR[-alt] (cf. coluna f. da Tabela 2) (assim como P3 [ˈowβu]) e padrão (v) P1 [ˈtuβi], P3 [ˈtuβu] (e ainda, apesar de não termos dados completos, P1?, P3 [ˈtiβu] e P1 [ˈtuβ], P3?), com VR[+alt] (cf. colunas e., f., g. da Tabela 2);

c) finalmente, um padrão que se baseia exclusivamente no Nó de Altura da VR: padrão (vi) P1 [ˈteβi], P3 [ˈtiβi] e P1 [ˈfeʃ], P3 [ˈfiʃ] (cf. coluna c. da Tabela 2), ao qual nos referimos como caracterizando-se por “trocar” as

²⁷ Importante referir que considerámos [ˈpuzi] e [ˈfizi], [ˈfiʒi] (coluna b. da Tabela 2) dentro das formas semelhantes às do standard, do ponto de vista da VR de P1 e de P3; no entanto, e como comentaremos adiante, estas formas, pela presença de [i], têm a forma do RAD idêntica às restantes formas do paradigma, o que as diferencia do standard, obviamente.

peças verbais, relativamente ao PE standard, mas partilhando com ele o processo fonológico da oposição VR[+alt] vs VR[-alt].

O padrão (iii) é o mais frequente daqueles caracterizados por P1≠P3; o padrão (iv) é o segundo mais frequente, seguido de (v) e (vi), em igualdade de circunstâncias; o padrão (vi) corresponde a um fenómeno que ocorre em muitas zonas e/ou em falantes pouco escolarizados de todo o país. Os padrões mais identificadores do PE setentrional, no sentido de serem específicos dessa zona, são, assim, (iii), (iv) e (v) e correspondem maioritariamente às localidades transmontanas. Em termos de relevância de processos, conclui-se que a oposição fonológica, isolada ou combinada com processos morfológicos, tem um lugar privilegiado na distinção de P1 e P3 o que, comparando com os pretéritos rizotónicos do PE standard, ressalvadas todas as particularidades apontadas, mostra como o Nó de Altura da VR se sobrepõe, em português, aos marcadores de PN;

iii) na sequência destas conclusões, e referindo-nos agora às terceira e quarta questões anunciadas no Preâmbulo (P1=P3), verifica-se que o padrão (i) se sobrepõe ao (ii) (6 localidades contra três), pelo que, na perspectiva da regularização intra-paradigmática, é a VR da P1, [+alt], que prevalece sobre a de P3, [-alt] (4 formas contra duas), o que confirma a hipótese de Mattos e Silva 1994, referida no ponto 2 deste texto. Como, nesse caso, todas as outras peças verbais possuem VR[i], a regularização é total. Contudo, quando a VR média prevalece, não há lugar a essa regularização, já que as restantes formas do paradigma mantêm a VR[i]. Assim, em termos comparativos, pode afirmar-se que a regularização completa (como acontece em *saber*, *trazer*, etc.) é um factor importante para os falantes que usam este padrão e que a VR[+alt] está mais fortemente associada à P1 do que a VR[-alt]. No entanto, esses padrões merecem um comentário especial, tendo em conta os dados de Braga. Sendo o padrão (ii) o mais representado em Braga, embora com uma pequena distância em relação ao padrão (i), as conclusões a tirar não se sobrepõem às relativas a PE1. De facto, e havendo, nessa cidade, especificidades quanto à zona de dispersão das vogais (o que promoveria uma perda de valor distintivo destas vogais), conforme Rodrigues e Martins 1999, a produção de uma ou outra vogal pode ter motivações sobretudo fonéticas, pelo que se torna difícil afirmar que os falantes seleccionam preferencialmente um ou outro padrão (cf. Esquema 3). Assim, a regularização intraparadigmática é menos forte, nesta cidade.

Interessa, ainda, retomar a questão da estrutura interna dos pretéritos rizotónicos do ponto de vista da vogal temática, já comentada no ponto 2, com vista a completar a descrição dos padrões flexionais atestados. Assim, se *fazer*, *pôr* e *querer* não têm VT nas P1 e P3, em PE standard, em PE setentrional, a tendência para produzir a vogal [i] em final de palavra (não só nos verbos, como em *ajudar* [ɐʒuˈdaɾi], mas em nomes - *enxame* [ẽˈʃẽmɨ] - e noutras classes de palavras),

verifica-se também, por vezes, nos pretéritos daqueles verbos. Este facto levanta um problema: tanto pode tratar-se, nestes pretéritos, dessa vogal por defeito²⁸ e de uma reestruturação silábica (CVCV), como de VT /e/; mas, se atentarmos particularmente no Infinitivo [ɐʒu'darɨ], um entre muitos exemplos atestados, é óbvio que essa vogal não é uma VT. Assim, e tendo em conta formas como [ˈfizɨ], certos falantes procedem à regularização da estrutura silábica e [ɨ] será então uma vogal por defeito; ou atribuirão à estrutura dos pretéritos rizotónicos a VT /e/ e, nesse caso, estamos perante uma outra estrutura de pretérito – existe uma atestação, em Castro, da forma [ˈtuʒe:], na frase *porque tive* – (pausa longa), em que a produção de vogal média final pode ser uma evidência dessa estrutura com VT; ou ainda, uns falantes analisam o pretérito de um modo e outros, doutro. Só estamos seguros de que os falantes que produzem [ˈfiʃ] não consideram a VT como componente morfológico destes pretéritos. Esta questão é interessante porque nos conduz, de novo, à regularização de paradigmas, agora no âmbito mais alargado de todo o sistema verbal: a grande maioria das formas finitas e não-finitas, em PE standard, apresenta VT em forma fonética: excluem-se apenas a P1 do presente do indicativo e o presente do conjuntivo²⁹; assim, se em pretéritos como [ˈfizɨ], a vogal final equivaler à VT, eles corresponderão a um modelo que, por analogia, os aproxima da maioria das formas verbais do português, deste ponto de vista. Por outro lado, aproxima-os, do ponto de vista da forma do radical, das restantes pessoas do paradigma (salvo P3, para o qual não temos atestações de [ˈfeʒɨ] ou de outra qualquer forma idêntica, noutro dos verbos implicados).

Relativamente ao *continuum* proposto, podemos concluir que, no Minho, as formas homófonas de P1 e P3 com vogal [+alt] são mais tipificadoras do litoral e aquelas com vogal média são mais frequentes no interior, havendo nas zonas intermédias, variação na especificação da vogal do radical quanto ao traço [alto]. A inclusão de dados de Braga permitiu perceber que as formas homófonas de P1 e P3 destes pretéritos também se podem encontrar em falantes nativos de zonas urbanas; o facto de os dados terem ali sido recolhidos em época mais recente do que os das zonas rurais e de a amostragem incluir falantes escolarizados confirma que existem padrões co-ocorrentes/concorrentes na região, ou gramáticas em competição, conforme queiramos perspectivar a questão.

Resta uma referência à proximidade entre PE setentrional e galego (Tabela 4): excluindo Braga, em que nenhum fenómeno aponta para qualquer tipo de semelhança, PE1 e galego aproximam-se

- a) quanto ao esquema P1=P3;
- b) quanto aos padrões flexionais (i) e (ii), do ponto de vista da estabilidade

²⁸ A vogal [ɨ] também ocorre, em nomes.

²⁹ Em *falemos*, *cedamos* ou *saíamos*, a vogal que precede PN é a vogal de TMA.

da VR (P1 [ˈtiβeŋ], P3 [ˈtiβo]; P1 [ˈtroʃeŋ], P3 [ˈtroʃo]);
 c) quanto aos padrões (iv) e (v), pela VR estável e pelo sufixo marcador de PN3 (P1 [ˈtroʃeŋ], P3 [ˈtroʃo]; P1 [eʃˈtuβeŋ], P3 [eʃˈtuβo]);
 d) no que respeita à VT, e visto que o galego só tem esse componente na P1 destes pretéritos, pode fazer-se uma aproximação entre esta língua e as formas do tipo [ˈfizɪ], na presunção de terem VT, mas sobretudo entre as formas do galego e as dos verbos que não *fazer, pôr* e *querer*, com VT /e/.

A comparação com dados do galego permitiu-nos concluir que os padrões atestados sobretudo na zona trasmontana (mas também em Castro), com características que muito os diferenciam do PE standard, como é o caso da VR[u] e do PN3 vocálico, se aproximam dos padrões galegos das localidades fronteiriças. Mas o facto de haver grande predominância da VR[+alt] em PE1 pode relacionar-se, igualmente, com essa característica dos pretéritos galegos. De qualquer forma, e porque o galego baseia a distinção entre P1 e P3 fundamentalmente na estabilidade intra-paradigmática da VR, na presença de VT na P1 e na de marcadores de PN (excepto, sob todos estes aspectos, em *ir/ser*), conclui-se que os pretéritos rizotónicos do galego das zonas mais próximas da fronteira com Portugal são substancialmente mais uniformizados e mais estáveis do que os do português das zonas rurais e de Braga, aqui analisados.

Referências bibliográficas:

- Alcoba, S. (1999) "La flexión verbal". In Bosque, I. & V. Demonte (Orgs.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Vol 3. Madrid. Espasa Calpe: 4915 - 92.
- Alvar, M. & B. Pottier (1987) *Morfología Histórica del Españõl*. Madrid. Gredos.
- Álvarez, R. et al. (1994) *Gramática Galega*. Santiago de Compostela.
- Ambadiang, Th. (1994) *La morfología flexiva*. Madrid. Taurus Universitaria.
- Andrade Parda, E. d' (1977) *Aspects de la Phonologie (Générative) du Portugais*. Lisboa. INIC.
- Lightfoot, D. (1979). *Principles of Diachronic Syntax*. Cambridge. Cambridge University Press.
- Martins, A. M. (1988) "Metafonia verbal no português – uma abordagem histórica". In D. Kremer (Ed.) (1988) *Homenagem a Joseph M. Piel por ocasião do seu 85º aniversário*. Max Niemeyer Verlag. Tübingen: 31-54
- Mattos e Silva, R. V. (1994) *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. S. Paulo. Contexto.
- Mateus, M. H. Mira (1977(1982)) *Aspectos da fonologia portuguesa*. Lisboa. INIC.
- Mateus, M.H. Mira & E. D'Andrade (2000) *The Phonology of Portuguese*. Oxford. Oxford University Press.

- Meier, H. (1948) "A evolução dos pretéritos fortes em português" in *Ensaio de Filologia Românica*, Ed. da Revista de Portugal.
- Pensado, C. (1999) "Morfología y fonología. Fenómenos morfofonológicos". In Bosque, I. & V. Demonte (Orgs.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Vol 3. Madrid. Espasa Calpe: 4423-4504.
- Rodrigues, M. C. e F. Martins (1999) "Espaço Acústico das vogais acentuadas de Braga". *Actas do XV Encontro Nacional da APL-Faro*. Vol. II. APL. Braga: 301-316.
- Santamarina, A. (1974) "El Verbo Gallego". *Verba, Anuario Gallego de Filologia*, Anejo 4.
- Solà, J. Et al. (Dir.) (2002) *Gramàtica del Càtala Contemporani*, Vol.1. Barcelona. Editorial Empúries.
- Vasconcellos, J. Leite de (1987[1901]) *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*. Lisboa. INIC/CLUL.
- Vitorino, G. (1987) *Atlas Lingüístico do Litoral Português*. Tese de progressão na carreira de Investigador, dactilografada, 2 vols. CLUL.
- Atlas Lingüístico e Etnográfico de Portugal e da Galiza* (materiais).
- Atlas Lingüístico Galego* (1990).Vol.I, 1 e 2. Instituto da Língua Galega. Fundación "Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa".

PE standard											
PRETÉRITO											
RAD do <i>Perfectum</i>											
Verbos A						Verbos B					
P1 = P3						P1 (V [+alt]) ≠ P3 (V[-alt, -bx])					
saber	P1	soube	dizer	P1	disse	ter	P1	tive	poder	P1	pude
	P3	soube		P3	disse		P3	teve		P3	pôde
cabrer	P1	coube	querer	P1	quis	estar	P1	estive	pôr	P1	pus
	P3	coube		P3	quis		P3	esteve		P3	pôs
trazer	P1	trouxe				fazer	P1	fiz	ir/ser	P1	fui
	P3	trouxe					P3	fez		P3	foi
haver	P1	----									
	P3	houve									

Tabela 1

PE1												
PRETÉRITO												
RAD de <i>Perfectum</i>												
	P1 = P3				P1 ≠ P3							
		a.	b.			a.	b	c	d.	e.	f.	g.
ir /ser	P1	fui		ser / ir	P1	fui						
	P3	[ˈfuj]			P3	foi						
trazer	P1	trouxe		trazer	P1	[ˈtruʒ]						
	P3	trouxe			P3	...?						
haver	P1	--		haver	P1				--			
	P3	houve			P3				[ˈowβu]			
poder	P1	pude		poder	P1				[ˈpuði]			
	P3	[ˈpuði]			P3				[ˈpodu]			
pôr	P1	...?		pôr	P1	pus	[ˈpuzi]					
	P3	[ˈpuʃ]			P3	pôs	pôs					
ter	P1	tive		ter	P1	tive			[ˈtiβi]	...?		[ˈtuβ]
	P3	[ˈtiβi]			P3	teve			[ˈteβu]	[ˈtiβu]		...?
estar	P1	[ʃˈteβi]		estar	P1	estive		[ʃˈteβi]			[ʃˈteβi]	[ʃˈtuβi]
	P3	esteve			P3	esteve		[ʃˈtiβi]			[ʃˈteβu]	[ʃˈtuβu]
fazer	P1	[ˈfeʃ]	[ˈfiʃ]	fazer	P1	fiz	[ˈfizi], [ˈfiʒi]	[ˈfeʃ]				
	P3	fez	[ˈfiʃ]		P3	fez	fez	[ˈfiʃ]				

Tabela 2

...? significa que a forma em questão não está atestada no discurso do mesmo informante que produziu a forma correspondente, de P1 ou de P3.

BRAGA									
PRETÉRITO									
RAD de <i>Perfectum</i>									
P1 = P3						P1 ≠ P3			
		a.		b.		c.			
ir/ser	P1	[ˈfoj]					ser/ir	P1	fui
	P3	foi						P3	foi
ter	P1	tive	<i>P1</i>	[ˈteβi]			ter	<i>P1</i>	[ˈtiβi], [ˈtivi]
	P3	[ˈtiv]	<i>P3</i>	[ˈteβi]				<i>P3</i>	[ˈteβi]
estar	P1	[ʃˈtiβi], [ʃˈtivi] [ˈtiβi], [ˈtivi]			P1	[ʃˈtevi], [ˈtevi]	estar	<i>P1</i>	[ʃˈtiβi], [ʃˈtivi] [ˈtiβi], [ˈtivi]
	P3	[ʃˈtiβi], [ʃˈtivi] [ˈtiβi], [ˈtivi]			P3	[ʃˈteβi], [ʃˈtevi] [ˈtevi]		P3	[ʃˈteβi], [ʃˈtevi] [ˈtevi]
fazer	<i>P1</i>	[ˈfeʃ]					fazer	<i>P1</i>	[ˈfiʃ]
	<i>P3</i>	[ˈfeʃ]						P3	[ˈfeʃ]

Tabela 3

P1, P3 a bold: falantes alfabetizados; *P1, P3* em itálico: falantes analfabetos; **P1, P3** a bold e itálico: falantes de ambos os grupos.

GALEGO						
PRETÉRITO						
RAD de <i>Perfectum</i>						
P1 ≠ P3						
		a.		b.		c.
ir/ser	P1	[ˈfuŋ]	P1	[ˈfuŋ]	P1	[ˈfuɟ]
	P3	[ˈfoɟ]	P3	[ˈfuɟ]	P3	[ˈfoɟ]
traer	P1	[ˈtrowʃeŋ] [ˈtrowɣeŋ], [ˈtrowɣe]	P1	[ˈtruʃeŋ] [ˈtrueŋ]	P1	[ˈtroʃeŋ]
	P3	[ˈtrowʃo] [ˈtrowɣo]	P3	[ˈtruʃo] [ˈtruo]	P3	[ˈtroʃo]
haber	P1	—	P1	---		
	P3	[ˈowʃeŋ], [ˈowʃe]	P3	[ˈuʃeŋ], [ˈuʃe]		
poder	P1	[ˈpuðeŋ], [ˈpuðe]	P1	[ˈpujðeŋ], [ˈpujðe]	P1	[ˈpojðeŋ]
	P3	[ˈpuðo]	P3	[ˈpuðo]	P3	[ˈpojðo]
poñer	P1	[ˈpuʃeŋ], [ˈpuʃe]	P1	[ˈpuʒeŋ]		
	P3	[ˈpuʃo]	P3	[ˈpuʒo], [ˈpoʒo]		
ter	P1	[ˈtuʃeŋ], [ˈtuʃe]	P1	[ˈtiʃeŋ]		
	P3	[ˈtuʃo]	P3	[ˈtiʃo]		
estar	P1	[eśˈtuʃeŋ], [eśˈtuʃe]	P1	[eśˈtiʃeŋ], [eśˈtiʃe]		
	P3	[eśˈtuʃo]	P3	[eśˈtiʃo]		
facer	P1	[ˈfiʃeŋ], [ˈfiśeŋ]	P1	[ˈfiʃeŋ], [ˈfiśeŋ]		
	P3	[ˈfiʃo]	P3	[ˈfiśo]		

Tabela 4